

Sal português para as Américas: exportações para os Estados Unidos nos finais do século XVIII e inícios do século XIX

Jorge Martins Ribeiro



I Seminário Internacional sobre o sal português
Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 311-326

Sal português para as Américas: exportações para os Estados Unidos nos finais do século XVIII e inícios do século XIX*

Jorge Martins Ribeiro**

Resumo

As relações entre a América do Norte Britânica, Portugal, Madeira e Açores, bem como as ilhas de Cabo Verde, começaram desde cedo e eram principalmente de natureza comercial. O sal era um dos produtos mais importantes exportado para a América do Norte, sendo indispensável à conserva de carne e peixe, bem como à preparação de peles. Quando tinham dificuldade em encontrar sal, os colonos americanos eram obrigados a importá-lo das Índias Ocidentais e da Europa. A qualidade do sal português era reconhecida como excelente desde a Idade Média e considerado o melhor para a salga da carne enviada para as Antilhas. Os principais fornecedores de sal aos Estados Unidos eram Portugal, a Grã-Bretanha e a Espanha bem como os domínios destas potências. Setúbal e Lisboa eram os principais portos portugueses exportadores de sal para os Estados Unidos. Se analisarmos os American State Papers, verificamos que os Estados Unidos importaram de Portugal e das ilhas atlânticas duas qualidades de sal, fino e grosso. Estes e outros dados, obtidos tanto nas fontes portuguesas como americanas, mostram a importância de Portugal e das ilhas atlânticas como fornecedores de sal à América do Norte

The relations between British North America, Portugal, Madeira, Azores, as well as the Cape Verdes, began at an early date and were mainly of a commercial nature. Salt was an important commodity exported to North America. Besides being used for cooking, this product was indispensable to the preservation of meat and fish, as well as for the preparation of hides and other skins. When it was difficult to find salt locally the American colonists were obliged to import it from the West Indies and Europe. The quality of the Portuguese salt was recognized as excellent since the Middle Ages and was considered the best for the salting of the meat that was shipped to the Antilles. The main suppliers of salt to the United States were Portugal, Great Britain, dominions of these two powers, as well as Spain and her empire. Setúbal and Lisbon were the leading Portuguese ports from which salt was shipped to the United States. If we analyse the American State Papers, the United States imported from Portugal and the Atlantic

* Este trabalho tem como base a dissertação de doutoramento do autor, ainda não publicada, intitulada *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1997, onde em partes dos três primeiros capítulos desenvolveu o comércio do sal nas relações comerciais luso-americanas.

** Professor Auxiliar da FLUP; membro do IHM-UP. Tem realizado investigação na área das relações externas, no âmbito político e comercial (sécs. XVIII-XIX) e tem estudado a comunidade britânica do Porto (sécs. XVIII-XIX). Dissertação de Mestrado: *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990. Dissertação de Doutoramento: *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1987, policopiada.

islands two qualities of salt, refined and unrefined. These and other data gathered both in Portuguese and American sources show the importance of Portugal and its Atlantic islands as a supplier of salt to North America.

O sal, produto essencial à vida, é produzido no que hoje constitui o território português desde tempos imemoriais e revelou-se de capital importância para a economia lusa, logo a partir da época medieval. Daí, não ser de admirar que a América do Norte inglesa fosse um bom cliente deste bem, pois, além de necessário para o consumo humano, era indispensável à conservação de carne e peixe. Se nos lembrarmos da importância da pesca para a economia da Nova Inglaterra, bem como do peso da produção de carne de porco e vaca nas colónias do centro e do sul, percebemos a necessidade da obtenção deste artigo, por parte dos colonos americanos. Dado este produto, não se obter com muita facilidade na América do Norte, os colonos ingleses compravam-no nas Índias Ocidentais e na Europa. Aliás, Nova Iorque e a Pensilvânia tinham o privilégio de o importarem directamente do continente europeu. Além disto, o sal e o vinho provenientes dos portos a sul do cabo Finisterra, podiam ser comprados e transportados para as colónias americanas sem passarem pela Inglaterra. Isto explica a existência de um intenso tráfego com Portugal metropolitano e a ilha da Madeira. Deste modo, de acordo com Leonard Gomes, piche e alcatrão eram trocados por sal de Setúbal e vinho da Madeira¹.

A qualidade do sal português era considerada excelente para a salga das carnes destinadas a serem exportadas para regiões de clima tropical, ao contrário do inglês, excessivamente fraco e do das ilhas de Man, Tortuga e Turks, demasiado forte e corrosivo. De facto, as propriedades do sal produzido em Portugal eram reconhecidas desde longa data, sendo já na Idade Média considerado superior ao francês, revelando-se excelente para a conserva do arenque, além de que não era afectado por longas viagens marítimas. Na realidade, parece que o sal português "mais anídrico e alvo, menos deliquescente, susceptível de ser pulverizado ou não consoante as necessidades das diferentes espécies de salga", se adequava aos métodos de conserva usados no norte da Europa. O facto de ser produzido em marinhas tomava-o recomendável, "dando tempo, pela diversidade da grossura dos cristais, à penetração lenta na carne e no peixe em salga". De facto, segundo um especialista do século XX, Mário Vieira de Sá, "as marinhas de Portugal são fidas como as que melhor sal dão em todo o Mundo", contribuindo para o facto as boas condições climatéricas do país². Além disto, de acordo com Mark Kurtansky, o sal de Setúbal ganhara fama "pela secura e brancura dos seus grandes cristais", sendo considerado como "o sal perfeito para curar peixe ou queijo"³. Por outro lado, este mesmo autor, em trabalho recente, classifica o sal de Aveiro como o melhor da Europa⁴. É também de referir que para salgar o peixe é necessário sal fino, mas para o bacalhau utiliza-se sal traçado. Já para a carne emprega-se o sal grosso, enquanto que para a alimentação, se usa o sal fino⁵. Refira-se que o sal grosso é o que se produz em maior

1 GOMES, Leonard – *Foreign Trade and the National Economy. Mercantilist and Classical Perspectives*. London: Macmillan Academic and Professional Ltd., 1987 (reimpressão de 1991), pp. 85-86; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, pp. 36-37.

2 RAU, Virginia - *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, [1984], p.280; SÁ, Mário Vieira de – *Sal Comum. Sal de Mar e sal de Mina*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951, vol. I, p., 24, 54; AMORIM, Inês – *Aveiro e os caminhos do sal. Da produção ao consumo (sécs. XV a XX)*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 2001, p. 5; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, p. 38.

3 KURLANSKY, Mark – *Sal: Uma história do mundo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, pp. 129-130.

4 KURLANSKY, Mark – *Cod. A biography of the fish that changed the world*. New York: Walker and Company, 1997, p. 58.

5 SILVA, João Ferreira da – *Apointamentos para um curso de salineiros*. [s.l.]: Comissão reguladora dos produtos químicos e farmacêuticos, [1956], p. 16.

quantidade, sendo o mais puro, pois o volume da produção do fino é muito menor⁶.

No final da primeira metade do século XVIII, William Brownrigg, autor de uma obra intitulada *The art of making common salt*, afirmava que o sal inglês era inferior ao da França, Espanha, Portugal e Holanda⁷. Deste modo, não é de admirar que em 1704, 1705 e 1708, respectivamente, 4,2%, 8,6% e 11,3% do sal exportado pelo porto de Lisboa tenha tido como destino a Terra Nova⁸.

Adrian Balbi no *Essai Statistique*, publicado em 1822, dava grande relevo à produção de sal comum, classificando-a como o ramo mais proveitoso das actividades ligadas ao reino mineral em Portugal com potencial para aumentar muito mais, se devidamente encorajada⁹. Aliás, de acordo com Vitorino Magalhães Godinho, o preço do sal, fixado pela Roda da Repartição, era em meados do século XVIII igual ao do meio da centúria anterior¹⁰.

Refira-se que os Estados Unidos não ocuparam um lugar significativo nas exportações portuguesas, entre 1796 e 1831, intervalo para o qual utilizámos os dados das *Balanças do Comércio*. Aliás, na década de 1820, ante o facto de terem saído frustradas as expectativas de um incremento do tráfego entre os dois países, tanto os cônsules portugueses como os seus congéneres americanos lamentavam que este fosse tão diminuto¹¹.

Quando, após a independência das treze colónias americanas, foram retomadas as trocas comerciais entre a América do Norte e Portugal, o sal voltou a ocupar um lugar cimeiro. Inácio Palyart, agente da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, num relatório datado de 1788, afirmava que "os vinhos, sal e fruta os quaes formam os principaes generos das nossas exportações tem hoje consumo estabelecido na América". Calculava em 10.000 moios, a que correspondia um valor de 18.000\$000, o sal português entrado em portos estadunidenses, em 1787¹². O já referido Adrien Balbi, numa outra obra intitulada *Variétés politico-statistiques*, também de 1822, manifesta uma opinião igual acerca da importância deste mineral nas trocas luso-americanas¹³. Os navios estadunidenses após terem descarregado os produtos do seu país no norte da Europa, vinham a Setúbal carregar sal¹⁴. Aliás, de acordo com fontes diplomáticas, este produto, à falta de outras mercadorias, che-

6 SÁ, Mário Vieira de – *Sal Comum. A Técnica das Marinhas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951, vol. II, p. 61.

7 HILLDRUP, R. L. – *The salt supply of North Carolina during the American Revolution*. «The North Carolina Historical Review», Raleigh, 22 (4) Out. 1945, p. 395; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., p.38.

8 RAU, Virgínia, ob. cit., p. 288-289; 348-349; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., p. 39.

9 BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états d'Europe*. Paris: Rey et Gravier, 1822, tomo I, pp. 137-138.

10 GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et Monnaies au Portugal*. Paris: Librairie Armand Colin, 1955, p. 186; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., pp. 96-97.

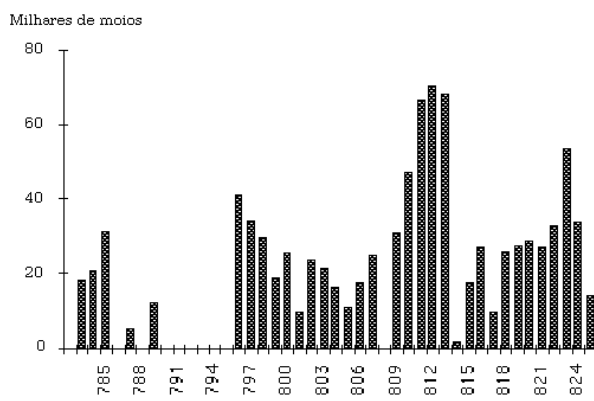
11 RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., pp. 79-80

12 Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central, *correspondência dos Consulados Portugueses nos Estados Unidos da América (1788-1832)*, caixa 273. "Observações sobre o commercio dos Estados Unidos d'America com Portugal, por Ignacio Palyart", datado de Lisboa, 2 de Fevereiro de 1788. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., vol. I, p. 89 e vol. II, pp. 163-168. Um moio corresponde a 60 alqueires em meados do século XVIII, em Aveiro. AMORIM; Inês – *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo Económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, p. 313; GYRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, sua origem, antiguidade, denominação, e mudanças, que tem soffido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter. Acompanhada de varias tabellas de redução, ou comparação de todas as medidas e pesos do mundo conhecido, antigas e modernas, com as actuaes de Lisboa. Para uso do commercio, e boa intelligencia dos historiadores e geografos antigos e modernos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833, p. 54. A partir de agora Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo passar a ser designado por I.A.N./T.T.

13 BALBI, Adrien – *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1822, p. 43. (Fac-simile de História & Crítica).

14 I.A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *Correspondência recebida, correspondência dos consulados portugueses nos Estados Unidos da América, caixa 273 (1788-1832)*. Ofício do cônsul em Baltimore, José Joaquim Ramos Zuzarte, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, datado de Baltimore, 19 de Janeiro de 1823. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., vol. I, p. 97.

gava à América do Norte como lastro das embarcações que demandavam os seus portos¹⁵.



Fonte: *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras, 1783-1785, 1787, 1789, 1796-1807 e 1809-1831*¹⁶, RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 96.

Gráfico 1 – Exportação de sal para os Estados Unidos.

O gráfico 1 mostra-nos o volume das exportações de sal para os Estados Unidos entre 1783 e 1831. As quantidades expedidas no triénio 1783-1785, bem como nos anos de 1787 e 1789, são apreciáveis. Apesar de ter havido um decréscimo em 1787, dados publicados por Virginia Rau mostram que em 1788, 7,79% (6.212,5 moios) de todo o sal exportado foi enviado para os portos norte-americanos. Já para 1796, a quantidade eleva-se a 40.905 moios, o que, aliás, corresponde a 19,5% do total. O valor mínimo é atingido em 1801, o que pode ser explicado pelo conflito com a Espanha, a denominada *Guerra das Laranjas*.

O quinquénio 1809-1813 é aquele em que se registam os maiores volumes de exportação, com um máximo de 70.400,5 moios em 1812. No ano seguinte o valor é quase o mesmo, para sofrer um decréscimo brusco em 1814. Não nos podemos esquecer da especificidade deste período, por um lado é a intervenção armada francesa em Portugal, por outro, é a guerra anglo-americana de 1812-1814.

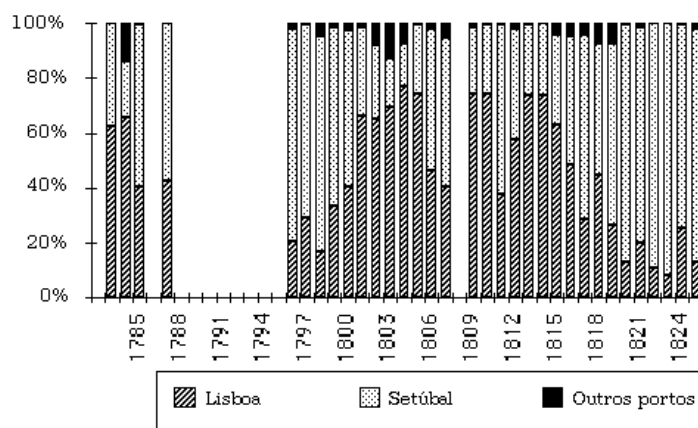
A partir desta data, as vendas vão-se manter relativamente altas, para diminuírem a partir de 1824, o que pode ser o resultado da aplicação das restrições sobre as importações de

15. I.A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *Correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas, Washington, caixa 550 (1777-1796)*. Documento n.º. LVI anexo ao ofício n.º. 42 do ministro residente Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datada de Filadélfia, 27 de Junho de 1795; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, p. 98.

16. I.A.N./T.T., Junta do Comércio, *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras*, livros 191, 192, 193 (1799-1803); livro 466 (1811); livros 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 207 (1814-1821), livros 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, (1823-1830); manuscrito da Livraria n.º. 1899, *Balanço Geral do Comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras – 1831*. Instituto Nacional de Estatística, *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras (1796-1797; 1799-1807; 1809-1821; 1823-1831)*. M.O.P.T.C., *Superintendência geral dos Contrabandos, Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras*, SGC 5, livro 1 (1776), livro 2 (1777), livro 3 (1783), livro 4 (1796), livro 5 (1797), livro 6 (1798), livro 7 (1808); livro 8 (1822); SGC 6, *Alfabeto das importações e exportações do reino de Portugal com as nações estrangeiras (1789)*. Biblioteca Nacional de Lisboa, *Balança do Commercio do reyno de Portugal com as Provincias Unidas da America Septentrional em os Annos de 1783 the 1785*, caixa 31, n.º. 34. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com as nações estrangeiras*, mss. 11, 4, 7 (1787) e mss. 11, 4, 14-15 (1798).

cereais em Portugal, além de que as autoridades norte-americanas não parecem estar a facilitar as trocas bilaterais. Apesar disto, as exportações de sal ainda atingem níveis consideráveis no triénio 1827-1829. Valores que talvez possam ser explicados pelo facto do alvará de 4 de Junho de 1825 isentar de impostos todo o sal exportado a bordo de navios portugueses, ficando os estrangeiros sujeitos ao pagamento de 200 reis por moio, recebendo “de premio huma fanga por moio”.

O decréscimo registado nos anos de 1830-1831 justifica-se se pensarmos nas convulsões políticas que agitaram Portugal, até porque, em Maio de 1830, o Congresso dos Estados Unidos publicou uma lei reduzindo gradualmente os direitos de importação sobre este produto. Curiosamente, nesse mesmo ano, o cônsul americano em Lisboa afirmava que o seu país comprava 1/3 do sal exportado pelas barras do Tejo e do Sado, o que nos parece ser um exagero¹⁷.



Fonte: *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras, 1783-1785, 1787, 1789, 1796-1807 e 1809-1831*¹⁸; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p.100.

Gráfico 2 - Exportação de sal para os Estados Unidos por portos.

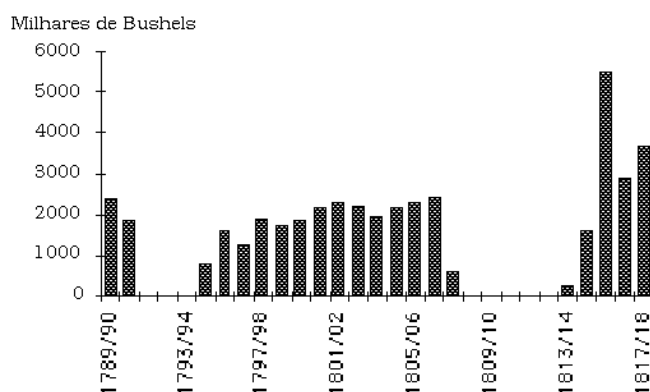
Através do gráfico 2 vemos quais os principais portos por onde era exportado o sal para os Estados Unidos, ficando claramente patente a importância de Setúbal e Lisboa. Aveiro, Figueira da Foz, Porto, Viana do Castelo e os portos algarvios, têm pouco peso. Se a Figueira da Foz ainda tem alguma importância, se bem que diminuta, Aveiro é perfeitamente negligenciável,

17 Uma fanga é o equivalente a 4 alqueires, como um alqueire corresponde a 10,9739 litros, 4 alqueires são 43,8956 litros segundo GYRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira, *ob. cit.*, p. 54. I.A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *Correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 553 (1824-1829)*. Ofícios do encarregado de negócios de Portugal em Washington, Jacob Frederico Pereira Torlade de Azambuja, para o Ministro e Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros, 2º. Visconde de Santarém, Manuel Francisco Mesquita de Macedo e Leitão, datados de Washington, 29 de Dezembro de 1829 e 5 de Junho de 1830. National Archives and Records Administration, General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Consuls in Lisbon, 1790-1906, vol. 5 (January 3, 1827 - December 27, 1834)* (National Archives microfilm publication, T180. Rolo 5). Despacho do cônsul americano. J. Pemberton Hutchinson, para o Secretário de Estado, Martin van Buren, datado de Washington, 8 de Abril de 1830; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 97-99.

18 Ver nota 16.

apresentando apenas o valor de 205 moios em 1816. A propósito, é de indicar que em 1788 zarparam de Setúbal 330 navios carregados com sal, dos quais 20 se dirigiam a portos norte-americanos e em 1796, 96 das 544 embarcações saídas da foz do Sado tinham como destino final os Estados Unidos¹⁹. De facto, Virgínia Rau escreve que, nos finais do século XVIII, a conjuntura sócio-económica da Europa permitiu que os norte-americanos, juntamente com suecos e dinamarqueses se tornassem os principais clientes do sal setubalense²⁰.

Uma vez analisadas as exportações de sal para os Estados Unidos, vamos agora tentar determinar qual o peso que este produto tinha nas importações americanas. Para o efeito, utilizámos os *American State Papers* para o intervalo de tempo 1789-1822. Verificámos que os norte-americanos compravam dois tipos de sal, um cuja unidade é o *bushel*, com um peso igual ou inferior a 56 libras, enquanto o outro aparece expresso em libras-peso, pesando mais de 56 libras por *bushel*. De facto, para efeitos aduaneiros o sal de Setúbal era medido em *bushels* ou fangas de 2,5 alqueires. Este dado, veiculado pelo representante português nos Estados Unidos, Cipriano Ribeiro Freire, não nos auxilia muito, pois a fonte utilizada apenas indica que o sal importado era proveniente de Portugal, não indicando o local onde era produzido. Por outro lado, convém referir que as fontes consultadas não fazem distinção entre estas duas qualidades, para os anos entre 1789-1791 e 1816-1822, o que nos leva a crer que as duas espécies de sal, foram nestes anos registadas em conjunto. Todas estas considerações fazem com que não seja legítimo reduzir as duas quantidades de sal, uma à outra, pelo que nos vimos obrigados a apresentar gráficos separados. Assim, o gráfico 3 representa o sal cuja unidade de medida é o *bushel*, que pesava menos de 56 libras-peso ou seja 25,4016 kg²¹.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 242.

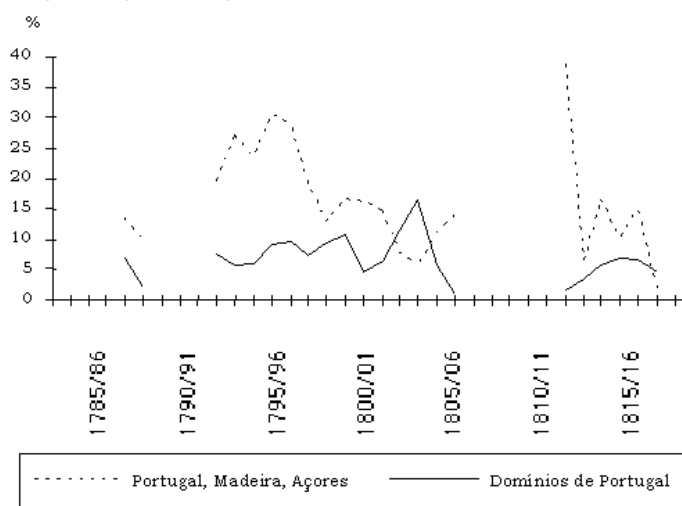
Gráfico 3 – Importações totais de sal apresentado em *bushels*, sendo cada um deles igual ou inferior a 56 libras-peso (25,4016 kg).

¹⁹ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 97-98, 100.

²⁰ RAU, Virgínia, *ob. cit.*, pp. 291-293.

²¹ O *bushel* é uma medida de capacidade inglesa, para líquidos e sólidos e que, na época em estudo, equivaleria a 2,6041666 de alqueires de Lisboa. Após 1 de Maio de 1825, as medidas inglesas foram alteradas e o *bushel* passou a corresponder a 2,50826 alqueires de Lisboa ou seja 34,904 litros. Como se vê os dados fornecidos por Cipriano Ribeiro Freire (1 *bushel*=1 fanga=2,5 alqueires) aproximam-se muito da realidade. Refira-se também que uma libra-peso é equivalente a 453,6gr, daí que 56 *bushels* correspondam a cerca de 25,4016 kg. Os dados dos *American State Papers* estão organizados por anos económicos, os quais iam de 1 de Outubro a 30 de Setembro seguinte. I.A.N./T.T.,

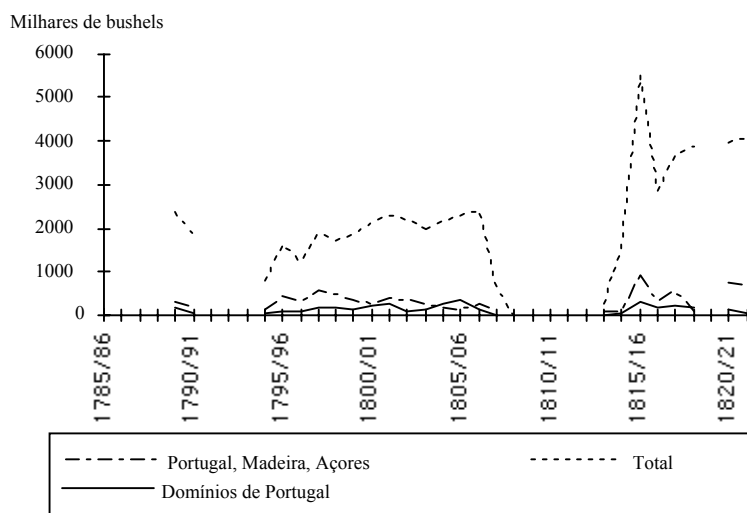
Como podemos verificar os valores decrescem a partir dos dois primeiros anos, permanecendo, no entanto, acima do milhão de *bushels* até à viragem do século, ultrapassando os dois milhões em 1802/1803. Apesar da quebra sofrida no ano seguinte, há uma recuperação, conservando-se em alta até 1807, ano a partir do qual se regista um descida brusca, provocada sem dúvida pela situação político-militar europeia. De 1 de Outubro de 1809 a 30 de Setembro de 1813 não se encontram registadas importações de sal. Recomeçam timidamente em 1814, atingindo o volume máximo (5.486.038 *bushels*) de todo o período em 1816/1817. Mantém, contudo, valores altos até 1822. A falta de sal, nos inícios de 1809, levou as autoridades americanas a ponderarem a hipótese de isentarem a importação deste produto do embargo comercial decretado em Dezembro de 1807²². Refira-se, a propósito, que este embargo unilateral, destinado a reparar injustiças sofridas, sem ter de se recorrer à guerra, foi revogado em 1 de Março de 1809 e substituído pelo *Non-Intercourse Act*, que apenas proibia o comércio com a França e a Grã-Bretanha. Os norte-americanos mostraram-se dispostos a suspender esta medida em relação a qualquer dos dois países, desde que estes anulassem as disposições tomadas contra os Estados Unidos. O governo francês aceitou a oferta, enquanto Londres recusou, o que levou ao deflagrar da guerra anglo-americana de 1812-1814²³.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 245.

Gráfico 4 – Importações de sal de Portugal, Madeira, Açores e Domínios, comparados com o total (Cada *bushel* é igual ou inferior a 56 libras-peso, ou seja 25,4016 kg) (percentagem em relação ao total).

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 551 (1797-1812)*. Documento nº. CXXXIII intitulado "Exportação de Portugal e seus domínios, para os Estados Unidos da América no anno de 1796" anexo ao officio nº. 147 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 24 de Dezembro de 1798; GYRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira, *ob. cit.*, pp. 79, 81; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, p. 241 e vol. II, p. 6. 22 I.A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *Correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 551 (1797-1812)*. Documento nº. CXXXIII intitulado "Exportação de Portugal e seus domínios, para os Estados Unidos da América no anno de 1796" anexo ao officio nº. 147 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 24 de Dezembro de 1798. ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*. Washington: Gales and Seaton,



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso— *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins— *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 245.

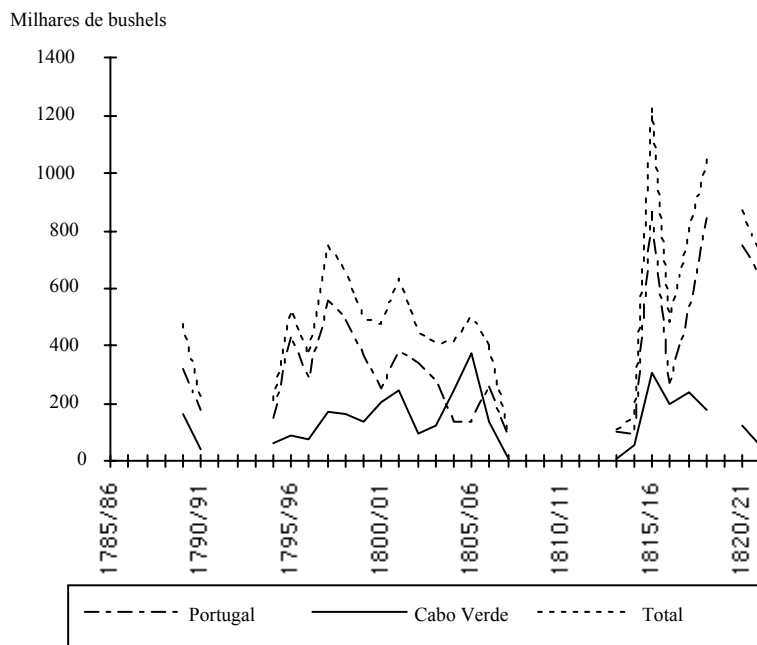
Gráfico 5 – Importações de sal de Portugal, Madeira, Açores e Domínios, comparados com o total (Cada bushel é igual ou inferior a 56 libras-peso, ou seja 25,4016 kg).

Portugal metropolitano, a Madeira e os Açores aumentam de importância, como fornecedores deste mineral, a partir de 1794/1795, atingindo em 1797/1798, 30,768% do total. Depois desta data, o peso de Portugal e ilhas atlânticas decresce até 1806, após o que volta a subir. E quando, em 1813/1814, as importações são retomadas, as quantidades ultrapassam os 100.000 bushels, o que corresponde a 38,734% do total. Apesar do máximo ser atingido em 1815/1816 com 918.527 bushels, esta quantidade apenas representa 16,743% de todo o sal importado pelos Estados Unidos. Estas compras sofrem uma queda brusca em 1818/1819, para ganharem novo fôlego no biénio 1820-1822.

A Madeira e os Açores quase não tinham expressão neste escambo, o que não admira, dado não serem regiões produtoras de sal, assim todo aquele registado como sendo proveniente destes arquipélagos, era-o certamente de Portugal metropolitano. Tal deve-se, quanto a nós, a deficiências dos registos consultados, que muitas vezes mencionavam apenas o último porto tocado pelo navio antes deste chegar a território estadunidense. Já o arquipélago cabo-verdiano é um importante produtor de sal, não admirando por isso, a sua relevância na venda deste artigo aos Estados Unidos, conforme se pode ver no gráfico 6.

1832, vol. VII, p. 741; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 242-243.

23 MALONE, Dumas; RAUCH, Basil— *Empire for liberty. The genesis and growth of the United States of America*. Nova Iorque: Appleton-Century-Crofts, Inc., 1960, vol. I, pp. 362-369; MORISON, Samuel Elliot; COMMAGER, Henry Steele— *The growth of the American Republic*. 5ª. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 1962, vol. I, pp 394-397 (3ª. Reimpressão em 1963); TONINELLI, Pier Angelo, *Nascita di una nazione. Lo sviluppo economico degli Stati Uniti (1780-1914)*. Bolonha: Società editrice il Mulino, 1993, pp 208-209; JONES, Peter d'A— *An economic history of the United States since 1783*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956, p. 59; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 174-175.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834, RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 247.

Gráfico 6 – Importações de sal de Portugal continental e Cabo Verde comparadas com o total importado da Metrópole, Madeira, Açores e Domínios (Cada bushel é igual ou inferior a 56 libras-peso, ou seja 25,4016 kg)

As vendas das ilhas de Cabo Verde apenas ultrapassaram a metrópole no biênio 1804/1806 embora subam acima dos 40% (40,349%) do total em 1816/1817²⁴. De facto, as ilhas orientais do arquipélago (Maio, Boavista e Sal) eram as mais ricas pois, de acordo com Mark Kurlansky, possuíam locais com "salmoura forte", onde os marinheiros dos navios que as demandavam recolhiam o sal²⁵. Em relação a este arquipélago é, ainda, de mencionar que os navios americanos faziam aí escala, para carregar sal, a fim de o transportarem para o Brasil. Tal era, como é óbvio, algo com que o exclusivo colonial não se compadecia. Isto levou à intervenção do agente consular português em Nova Iorque, o qual, em Dezembro de 1816, publicitou que todo o sal transportado a bordo de embarcações estadunidenses não seria autorizado a descarregar nos portos brasileiros²⁶. O tráfego americano com Cabo Verde parece estar relacionado com o efectuado com a costa ocidental africana, pois muitos

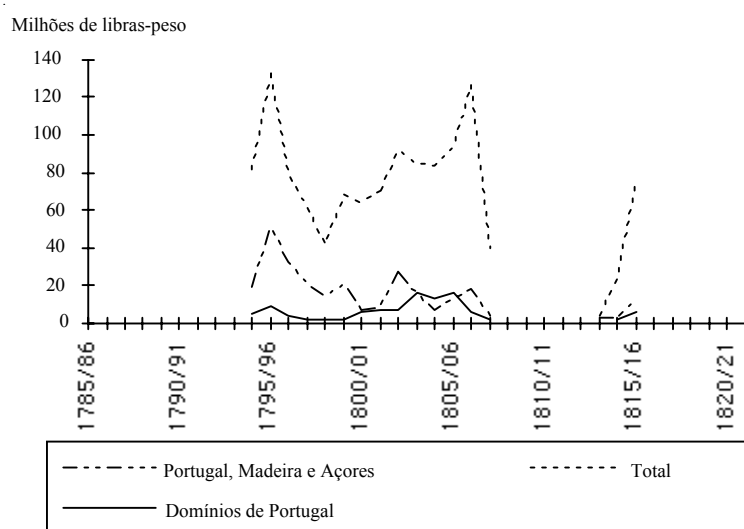
24 RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 245-246.

25 KURLANSKY, Mark – *Sal: Uma história do mundo*, p. 208.

26 I.A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central, *correspondência dos Consulados Portugueses nos Estados Unidos da América (1788-1832)*, caixa 273. Ofício nº. 2 do cônsul interino em Nova Iorque, Joaquim José Vasques Junior, para o Presidente da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino do Brasil e seus domínios, datado de Nova Iorque, 13 de Janeiro de 1817. Anexo a este ofício está a tradução do documento publicado pelo cônsul com data de 19 de Dezembro de 1816, no qual informava da ilegalidade do transporte do sal entre Cabo Verde e Brasil por navios americanos; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, p. 252.

navios que não conseguiam obter cargas de retorno na Europa, dirigiam-se ao arquipélago, em lastro, a fim de carregarem sal. Além disto, também conseguiam aí valiosas informações acerca das oportunidades de comércio nesta zona²⁷.

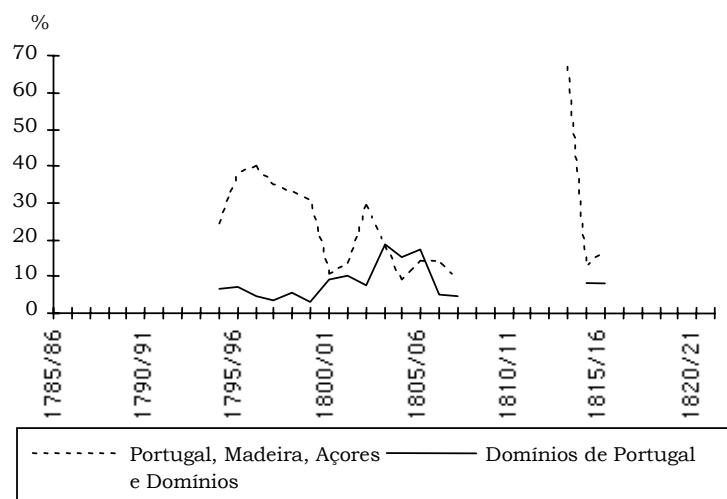
Uma vez analisadas as importações do sal em que cada *bushel* era inferior a 56 libras-peso, vamos agora debruçar-nos sobre o sal cujo *bushel* era superior a 56 libras-peso e que aparece expresso nesta unidade; a libra-peso. Os gráficos 7 e 8 mostram a distribuição da sua importação de 1794 a 1808 e de 1813 a 1816.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 249.

Gráfico 7 – Importações de sal de Portugal, Madeira, Açores e Domínios comparados com o total (cada *bushel* pesava mais de 56 libras-peso)

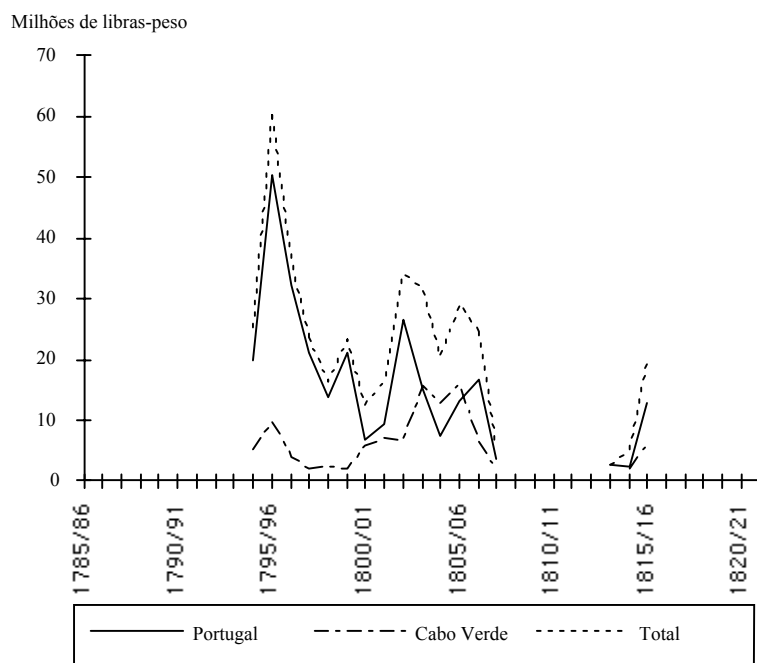
27 BENNETT, Norman R.; BROOKS, Jr., George E. (ed.) – *New England merchants in Africa. A history through documents 1802 to 1865*. Boston: Boston University Press, 1965, p. XXII-XXIX; BROOKS, Jr., George E. – *Yankee traders, old coasters and African middlemen. A History of American legitimate trade with West Africa in the nineteenth century*. Boston: Boston University Press, 1970, p. 30; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, ob. cit., vol. I, p. 265.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 250.

Gráfico 8 – Importações de sal de Portugal, Madeira, Açores e Domínios (cada bushel pesava mais de 56 libras-peso) (percentagem em relação ao total).

Relativamente à importância dos arquipélagos madeirense e açoriano neste escambo, sobretudo o primeiro que atinge valores significativos em 1806/1807 e 1814/1815, já atrás explicámos as razões que nos levam a acreditar tratar-se de sal metropolitano. As importações deste tipo de sal aumentarem em termos percentuais de 1794 a 1797, passando, no entanto, a apresentar uma tendência decrescente até 1801. Apesar de parecerem recuperar em 1803, voltam a descer, atingindo o mínimo em 1804/1805, depois desta data tomam a crescer, encontrando-se outra vez em queda quando as importações são interrompidas. Este tráfico recomeça em 1813/1814 e, curiosamente, apesar de em termos absolutos o valor desse ano ser inferior ao de qualquer outro do período em estudo, representou, contudo, 67,149% de todo o sal desta qualidade comprado pelos norte-americanos. Nos dois anos seguintes, as importações aumentam em quantidade, mas diminuem em percentagem.



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 251.

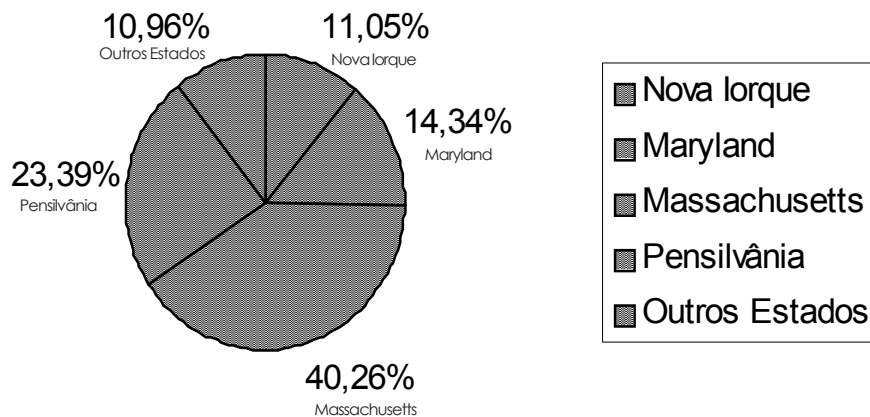
Gráfico 9 – Importações de sal de Portugal continental e Cabo Verde comparadas com o total importado da Metrópole, Madeira, Açores e Domínios (cada bushel pesava mais de 56 libras-peso)

A única parcela dos domínios portugueses que produzia e exportava sal deste tipo era, como já referimos, Cabo Verde. Se analisarmos o gráfico 9 verificamos que de 1795 a 1803 Portugal metropolitano exportava mais de metade desta espécie de sal, invertendo-se as posições entre 1803 e 1806. O continente português voltou a ocupar a primazia após 1807, a qual se mantém entre 1813 e 1816²⁸.

Por último, e a título de exemplo, se olharmos para os gráficos 10, 11 e 12 vemos quais os destinos do sal exportado por Portugal, arquipélagos atlânticos e domínios portugueses no biénio fiscal 1789/1791, único período para o qual temos discriminadas as importações por estados.

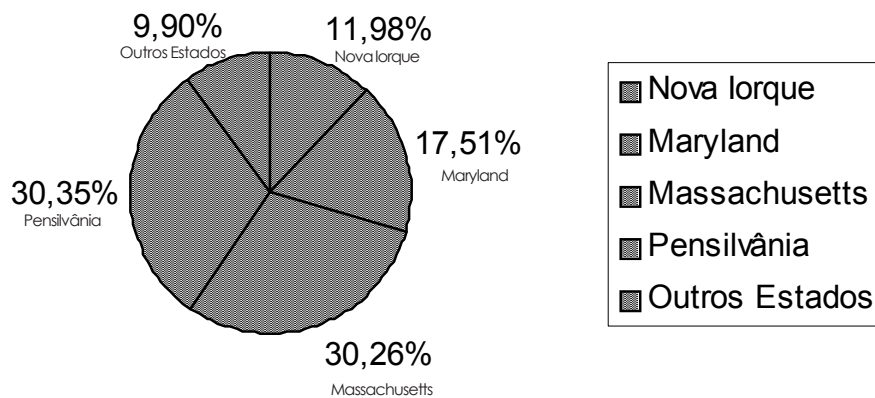
²⁸ Relativamente à Madeira é de referir que em 1806/1807 o arquipélago exportou 1.238.628 libras-peso, o que corresponde a 5,047% do total, tendo em 1814/1815 expedido 642.000 libras-peso, ou seja 12,060% do volume deste tipo de sal comprado pelos norte-americanos a Portugal e colónias. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 249-252.

3: Sal português para as Américas: exportações para os Estados Unidos nos finais do século XVIII e inícios do século XIX



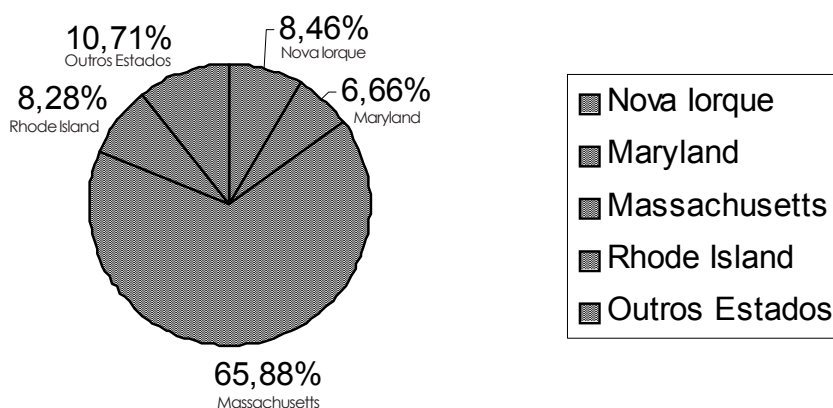
Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 263.

Gráfico 10 – Importações totais de sal por estados no biénio económico 1789/1791



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 264.

Gráfico 11 – Importações totais de sal de Portugal continental por estados no biénio económico 1789/1791



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso – *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*, Washington, Gales and Seaton, vols. VII e VIII, 1832-1834; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins – *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto, 1997, dissertação de doutoramento, policopiada, vol. I, p. 264.

Gráfico 12 – Importações de sal de Cabo Verde por estados no biénio económico 1789/1791.

Os gráficos explicitamente mostram que os estados do Massachusetts, o qual ocupou o primeiro lugar em 1789/1790, e da Pensilvânia, que atinge a posição cimeira em 1790/1791, foram os maiores compradores de sal português. Assinale-se que o arquipélago cabo-verdiano foi o principal fornecedor de sal ao Massachusetts. Também nos portos do Maryland e de Nova Iorque eram descarregadas quantidades importantes deste produto. São igualmente compradores deste mineral, se bem que em menor escala, os estados da Virgínia, New Hampshire e Rhode Island²⁹. A isto não será alheia, como já tivemos oportunidade de mencionar, a actividade pesqueira da Nova Inglaterra e a necessidade de salgar o peixe, bem como a conserva de carnes nos estados do centro.

Como acabámos de ver, o sal português, nomeadamente o de Setúbal, tinha um bom mercado nas Américas, quer na Terra Nova, quer nas Treze colónias britânicas, núcleo do novo país, que em 1776 se funda na América do Norte. De facto, este mineral e os vinhos constituíam os principais produtos exportados por Portugal para os Estados Unidos. Tal como as restantes mercadorias, no final do século XVIII e inícios do século XIX, a sua comercialização esteve sujeita às vicissitudes político-militares dos continentes europeu e americano. No caso português, a *Guerra das Laranjas*, as invasões francesas e as lutas liberais perturbaram as exportações deste produto. Por seu turno, tiveram reflexos nefastos na economia estadunidense as guerras entre a Grã-Bretanha e a França, a interrupção das trocas comerciais de 1807 a 1809 e o conflito de 1812-1814. Deste modo, as expectativas de um maior desenvolvimento do tráfego luso-americano, não se concretizaram. O comércio do sal, com potencial para uma maior expansão, acabou por não crescer tanto quanto o esperado, espelhando também o por vezes difícil relacionamento comercial entre os dois países.

²⁹ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, vol. I, pp. 261 e 263-265.